

Seis Revoluções da Era Moderna

IEP-UCP em colaboração com LABÔ/PUC São Paulo

**Senhoras e Senhores Professores,
Distintos Convidados,
Caras Alunas e Caros Alunos,
Ladies and Gentlemen,**

(Peço desculpa pelo anglicismo, mas Portugal e Inglaterra são os mais antigos aliados, não só na Europa, mas também no Mundo, desde o Tratado de Windsor de 1386...)

I

Queria começar por agradecer a todos, muito enfaticamente, a vossa presença e o vosso interesse neste nosso programa que hoje se inicia sobre as “Seis Revoluções da Era Moderna”. Trata-se de um tema que, em diversas versões anteriores, acompanha o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa desde a sua fundação, em 1996.

O presente projecto alarga o tema inicial que foi ao longo dos anos debatido no IEP — o tema das “Três Revoluções da Era Moderna (a Inglesa de 1688, a Americana de 1776, e a Francesa de 1789)” — e que agora vai também englobar a revolução Portuguesa de 1820, a revolução Brasileira de 1889, e a revolução Russa de 1917.

Gostaria enfaticamente de sublinhar que esta é a primeira vez que o nosso Research Programme engloba estas seis revoluções, e não apenas as três iniciais. E gostaria de sublinhar, ainda mais enfaticamente, que este alargamento do objecto de estudo coincide com, e é tornado possível pelo, alargamento dos parceiros institucionais do Research Programme.

Além do IEP-UCP, contamos agora com a fantástica parceria com o Labô — Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ao seu Director e nosso querido Amigo, Professor Luís Felipe Pondé, gostaria de deixar aqui um agradecimento muito enfático e muito penhorado. Agradecemos também com muito gosto ao nosso Colega Bruno Garschagen, que é simultaneamente do Labô e doutorando no IEP-UCP. *Last but certainly not least*, um agradecimento muito especial vai para o nosso colega João Pereira Coutinho — Professor e Dean for Academic Programmes no IEP, cronista famoso na *Folha de São Paulo*, a quem gostamos de designar aqui em Lisboa como “Embaixador Não Residente do IEP-UCP no Brasil”.

Um agradecimento não menos enfático é devido aos nossos Colegas Carlos Marques de Almeida, Orlando Samões e José Tomaz Castello Branco — que já participaram em versões anteriores deste programa e voltam a participar agora. Talvez me seja permitida uma referência particular a JTCB — o *honourable title* que José Tomaz recebeu em Oxford de Henry Hardy, o editor das obras de Sir Isaiah Berlin. JTCB esteve de facto na primeiríssima edição deste projecto — em 1998-2000, juntamente com Miguel Morgado, quando recebemos um muito honroso prémio da norte-americana Templeton Foundation.

Um agradecimento também muito especial é devido às Assistentes Académicas deste Projecto, Rita Redondo, do lado do IEP, e Andréa Kogan, do lado do Labô. Andréa dá-nos o raro prazer e privilégio de presidir a esta sessão — o que é uma agradável garantia de que vai ser bem presidida. Também aos Assistentes de Investigação — Ana Martins, Laura Lisboa, João Vacas, Pedro Gomes Sanches e Bruno Dantas — queremos exprimir o nosso enfático agradecimento. À Chefe de Gabinete da direcção do IEP, Michelle Santos, vai também um agradecimento muito especial.

II

Ladies and Gentlemen,

Pedia agora a vossa permissão para visitar algumas das questões de fundo que têm acompanhado o nosso inquérito intelectual desde os anos projectos de 1998-2000.

O propósito central da nossa investigação sempre foi, e permanece, o de testar comparativamente os traços comuns e as diferenças distintivas entre projectos políticos usualmente associados à emergência da moderna era democrática.

Por outras palavras, o propósito central deste projecto é discutir um mistério maior da História Política e da Teoria Política modernas: o mistério dos tão diferentes destinos de três revoluções da era moderna: a Revolução Inglesa de 1688, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789. E, em seguida, discutir o impacto das ideias dessas três revoluções nas posteriores revoluções em Portugal, no Brasil e na Rússia.

Para encetar esta exploração intelectual, creio que possa ser à partida aconselhável desfazer um mito menor, que no entanto ainda domina em boa parte a cultura política portuguesa, não sei se também a brasileira, mas seguramente também a cultura política da Europa continental: o mito de que a democracia moderna foi inaugurada pela Revolução Francesa de 1789.

É um mito menor porque não resiste ao mais elementar conhecimento cronológico da história política das três revoluções: antes da revolução francesa de 1789, teve lugar a revolução americana de 1776; e muito antes de ambas teve lugar a revolução inglesa

de 1688. Por que motivo continuam os nossos manuais escolares a atribuir à tardia revolução francesa de 1789 a origem da democracia moderna?

É um mito que talvez valha a pena visitar num estágio ulterior da nossa investigação: por que motivo tem sido este mito tão persistente? Revelará ele, além de simples ignorância cronológica, duas concepções de democracia que conduzem a que uma delas — a da Revolução Francesa — não reconheça, ou não queira reconhecer, a natureza democrática das outras duas revoluções que a precederam? Esse é um tema de Teoria Política a que voltarei na conclusão destas minhas palavras de introdução ao nosso tema das seis revoluções.

III

Questões sobre a Revolução Inglesa de 1688

Ladies and Gentlemen,

Permitam-me que coloque em seguida algumas questões sobre a Revolução Inglesa de 1688.

O ilustre historiador G. M. Trevelyan descreveu a Revolução de 1688 como um compromisso liberal e conservador para tentar evitar novas revoluções.

Uma primeira pergunta consiste naturalmente em saber se podemos aceitar essa leitura. Em caso afirmativo, deveremos perguntar se esse compromisso assentou ou não em princípios gerais — ou se dele emergiram princípios gerais — que possam ser de alguma forma associados ou identificados com o regime político que distinguiu a Inglaterra desde então. Que princípios foram esses? De onde vieram? Foram “inventados” por 1688, ou já vinham de trás, ou foram uma combinação de tradições e inovações? Por outras palavras, pode 1688 ser explicada por simples referência à Magna Carta de 1215, ou algo mais tem de ser acrescentado a essa referência?

Uma segunda pergunta decorre ainda da asserção de Trevelyan: por que motivo quis 1688 evitar novas revoluções? Isso parece remeter directamente para a experiência revolucionária anterior que depôs e decapitou Charles I, tendo dado lugar a uma República [Good Lord!] liderada por Puritanos radicais e ao Protectorado de Cromwell. Ao enfatizar o espírito de moderação e compromisso de 1688, convém não esquecer que foram os ingleses em 1649 — e não os franceses em 1793 — quem primeiro depôs e executou o seu Rei. Por que motivo foi tão radical a Revolução inglesa em 1649 e tão moderada em 1688 — sobretudo tendo em conta que, aparentemente, ambas se reclamavam do mesmo princípio da soberania do Parlamento?

IV

Questões sobre a Revolução Americana de 1776

Ladies and Gentlemen,

Permitam-me que coloque agora algumas questões sobre a Revolução Americana de 1776.

Deve a Revolução Americana de 1776 ser associada à Revolução Inglesa de 1688 ou à Revolução Francesa de 1789 — ou devemos considerar que cada uma delas contém uma identidade própria que impede associações entre elas?

Aos que procuram associar a revolução Americana à Inglesa, convém recordar o carácter profundamente anti-monárquico e anti-aristocrático [Good Lord!] da Revolução americana, bem como a sua referência a direitos universais que estavam ausentes na Revolução inglesa de 1688 — que apenas referia os direitos dos “free-born Englishmen”. Em contrapartida, é patente na linguagem inicial dos colonos americanos a referência à Magna Carta de 1215 e aos tradicionais direitos dos ingleses de que eles alegadamente teriam usufruído até ao chamado “despotismo inovador” de George III e, em bom rigor, do Parlamento de Londres.

Perante esta dupla dimensão — a que poderíamos chamar revolucionária, por um lado, e conservadora, por outro — é tentador alvitrar que a Revolução Americana representou uma espécie de meio caminho entre a conservadora Revolução inglesa de 1688 e a revolucionária Revolução francesa de 1789. Mas essa possibilidade terá de ser desenvolvida: quais foram os princípios de 1688 que 1776 preservou e quais foram os que abandonou? E quais foram os princípios em que 1776 inovou — mas que não terá levado às últimas consequências de 1789 em França?

V

Questões sobre a Revolução Francesa de 1789.

Passando finalmente à Revolução Francesa de 1789, será talvez útil começar por recordar que, quando a revolução francesa se iniciou, em 1789, a percepção geral na época era a de que se tratava de um prolongamento da revolução americana e da inglesa — finalmente, os princípios da liberdade anglo-americana chegavam ao continente europeu e destituíam o despotismo do Antigo Regime absolutista. Esta percepção era subscrita por grande parte dos defensores da revolução francesa e por grande parte dos seus opositores (defensores do absolutismo do Antigo Regime).

A primeira voz a recusar essa interpretação foi a de Edmund Burke — o já então famoso deputado liberal britânico que opôs a revolução francesa à inglesa e à americana, declarando que a revolução francesa anunciava um novo despotismo, ainda mais feroz do que o do Antigo Regime. Alexis de Tocqueville, um também famoso liberal francês, diria mais tarde que a revolução francesa revelava a tendência da cultura política do seu país para a “permanente oscilação entre a servidão e o abuso”, ou o “eterno conflito entre o Antigo Regime e a Revolução”.

Se Burke e Tocqueville tinham razão, por que motivo ocorreu a dissonância cognitiva inicial que associou as três revoluções? O que distinguiu a revolução francesa das suas antecessoras? Esteve a revolução francesa realmente na origem do que o distinto historiador Jacob Talmon designou de “democracia totalitária”? Em caso afirmativo, como distinguir essa democracia totalitária da democracia não totalitária das revoluções inglesa e americana?

VI

Dois conceitos de democracia e dois conceitos de revolução: Duas culturas políticas?

Com este tópico de dois conceitos de democracia, gostaria de terminar estas minhas palavras introdutórias. Na verdade, este tópico das duas democracias esteve na origem do primeiro programa que lançámos em 1998/2000 sobre as Três Revoluções. Tínhamos nessa altura como referência crucial dois autores muito influentes, que aliás visitaram o IEP, e com quem mantivemos uma intensa e muito amigável colaboração. Refiro-me a Ralf Dahrendorf (1929-2009), o distinto sociólogo germano-britânico [aliás, Lord Dahrendorf], e Gertrude Himmelfarb (1922-2019), a distinta historiadora norte-americana. Ambos enfatizaram, partindo de ângulos diferentes, a existência de culturas políticas distintas na modernidade ocidental.

Não posso aqui rever em detalhe os vastíssimos contributos destes dois autores. Mas devo pelo menos referir brevemente alguns dos seus argumentos que nos marcaram vivamente e nos levaram a iniciar o Research Project sobre as Três Revoluções.

Uma primeira obra que nos marcou foi o livro de Ralf Dahrendorf *Reflections on the Revolution in Europe*, publicado em 1990 (New York, Random House, 1990). Terá sido um dos primeiros livros sobre a queda do Muro de Berlim em 1989 e a transição à democracia nos países da Europa Central e de Leste, até então sob a ditadura soviética. Era um livro de alegria e celebração — “Happy Times to be alive”, escreveu Dahrendorf —, dizendo que se completava com a queda do comunismo a vitória democrática iniciada em 1945 com a derrota do nazismo. Mas era também um alerta de prudência, de cepticismo e de moderação — um alerta para a existência de dois conceitos de democracia ao longo de, pelo menos, os últimos 200 anos. E o alerta foi retomado no seu livro seguinte, de 1997, intitulado *After 1989: Morals, Revolution and Civil Society* (London, MacMillan, 1997):

“Democracia. Nenhuma outra palavra resume melhor os sonhos dos revolucionários na Europa e em outros lugares nos últimos 200 anos. No entanto, a democracia tem dois significados muito diferentes. Um é constitucional, um arranjo através do qual é possível mudar os governos sem revolução, através de eleições e de Parlamentos. O outro significado de democracia é muito mais fundamental. [...] A democracia deve ser autêntica; o governo deve voltar para o povo, a igualdade deve ser real. É o sonho de

Rousseau sobre a *volonté générale* que inspirou os revolucionários da França em 1789, uma vontade geral que misteriosamente leva todos a concordar sem força nem constrangimento.” (Ralf Dahrendorf, “Must Revolutions Fail?”, in *After 1989: Morals, Revolution and Civil Society*, London: MacMillan, 1997, p. 6).

Dahrendorf em seguida argumentou que estes dois conceitos de democracia tinham conduzido a resultados muito diferentes. O conceito constitucional tinha estabelecido democracias liberais duradouras, abertas à reforma sem revolução, em Inglaterra e na América, em geral também entre os povos de língua inglesa, no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia e em grande medida também na Índia. Em contrapartida, o conceito de democracia fundamental, inspirado na “vontade geral” de Rousseau, tinha conduzido ao conflito permanente entre revolução e contra-revolução em França, bem como no continente europeu, e culminara na despótica revolução comunista de 1917 na Rússia.

Este argumento pareceu-nos excitantemente desafiante e intrigante — sobretudo no âmbito da cultura política dominante entre nós, em Portugal, onde era basicamente aceite por todos — democratas e não democratas — que a origem da democracia moderna vinha da Revolução Francesa de 1789.

Pois bem: ao desafiante argumento de Dahrendorf veio juntar-se outro desafiante argumento da historiadora Gertrude Himmelfarb. Ela dedicou toda a sua intensa vida intelectual — e mais de vinte livros — ao estudo da cultura política britânica e ao chamado “milagre da Inglaterra Moderna”, uma expressão que insistentemente tomou de empréstimo ao distinto historiador francês Elie Halévy. Disse Gertrude Himmelfarb:

“O verdadeiro milagre da Inglaterra moderna (a famosa expressão de Halévy) não está em ter sido poupada à revolução; mas em ter assimilado tantas revoluções — industrial, económica, social, política, cultural — sem recorrer à Revolução.” (Gertrude Himmelfarb, *Victorian Minds: A study of intellectuals in crisis and ideologies in transition*, Chicago: Knopf, 1968; New York: Ivan R. Dee, 1995, p. 292).

A longa investigação de Himmelfarb sobre esta especificidade reformista e não revolucionária da cultura política britânica culminou num muito ambicioso livro de 2004, intitulado *The Roads to Modernity: The British, French and American Enlightenments* (New York: Alfred A. Knopf, 2004). Aqui, o argumento de Himmelfarb ganhou um fôlego e um desafio ainda maior: em vez de termos tido na Europa e no Ocidente um único Iluminismo — geralmente associado aos *philosophes* de Paris — teríamos tido pelo menos três: o inglês e o americano tendo sido significativamente diferentes do francês.

Enfim, Ladies and Gentlemen,

Não devo continuar a maçar-vos com todas estas referências intermináveis e provavelmente aborrecidas. Apenas gostava de sugerir que, ao discutirmos as Seis Revoluções da Era Moderna, podemos estar a desencadear uma reflexão muito abrangente sobre a cultura política ocidental moderna. Mas também gostava de sublinhar que estas são apenas reflexões conjecturais — que podem estar simplesmente erradas. E que todos vós são muito bem vindos se simplesmente quiserem demolir estes meus argumentos iniciais — desde que, naturalmente, a vossa crítica possa ser tranquila, *gentlemanly*, e devidamente argumentada.

Finalmente, para terminar, permitam-me que conclua com uma passagem de Sir Winston Churchill — um excêntrico britânico que bebia champagne ao pequeno-almoço, fumava charuto e usava *bow tie* e que, talvez não só por isso, nós apreciamos muito aqui no IEP. A passagem de Sir Winston é sobre a filosofia política de seu pai, Lord Randolph (Churchill):

“Ele [Lord Randolph Churchill] não via razão por que as velhas glórias da Igreja e do Estado não pudessem ser reconciliadas com a democracia moderna; ou por que as massas do povo trabalhador não pudessem tornar-se os principais defensores dessas antigas instituições através das quais as suas liberdades e o seu progresso tinham sido alcançados. É esta união entre o passado e o presente, entre a tradição e o progresso, esta **corrente de ouro** [*golden chain*], até agora nunca quebrada, dado que nenhum esforço indevido lhe foi imposto, que tem constituído o mérito singular e a qualidade soberana da vida nacional inglesa.” (Winston S. Churchill, *Thoughts and Adventures*, London: Thornton Butterworth Ltd, 1934, p. 52).

Muito obrigado.